

A Língua na mídia: uma problematização

Autores

Edina Cristina de Sousa Ignacio
Elizabeth Maria Alcantara

1. Introdução

O ensino, como sabemos, mas às vezes esquecemos, não é função exclusiva da escola. Atualmente, ensinamos e aprendemos, de maneiras diferentes e também de modos variados, as mais diversas “lições”. Se tomarmos como exemplo a mídia, observamos que ela constitui fonte de muitos ensinamentos e aprendizagens, incluindo em questões de língua e linguagem.

Quando pensamos em língua, vale lembrar, que ela é tratada não somente nas colunas especializadas no assunto, como a dos gramáticos Professor Pasquale Cipro Neto e do Professor Sérgio Nogueira, ambos com presença constante na mídia impressa e também na televisiva: os dois são responsáveis por quadros com fins educativos em emissoras de TVs. Cabe perguntar-nos, então, qual o tratamento dado à língua na mídia e pela mídia? Na maioria das vezes, essa mesma mídia enraíza as idéias que divulga na tradição normativa ocidental, seguindo compêndios como os do professor Celso Cunha e Evanildo Bechara, sem mencionar outros, tidos como mais “didatizados”, nos quais se enquadram Ulisses Infante, Ernani Terra e o próprio Cipro Neto.

Paralelamente a isso, temos, caminhando na oposição, um outro tipo de gramática, que criticando modelo anterior, nada tem de normativo, mas que enfatiza o objetivo de registrar e analisar os múltiplos usos da língua, em suas variantes, sem fazer qualquer julgamento de valor. Trata-se da gramática descritiva, como as elaboradas pelo professor Mário Perini e também a da professora Maria Helena Moura Neves, entre outros autores. As gramáticas descritivas e seus respectivos autores não visam ensinar a falar e escrever “corretamente”, mas estão inscritos em uma tradição bem mais recente que a anterior: tradição da Lingüística, a ciência que toma a língua como seu objeto, ciência inaugurada por Saussure, após a publicação póstuma, feita por seus alunos, de seus estudos reunidos sob o título **Curso de Lingüística Geral**, no início do século XX.

2. Objetivos

O objetivo desse artigo é problematizar o tratamento dado à língua pela mídia. Em que tradição se funda as concepções presentes nas diferentes matérias em que aparecem questões de língua? Na antiga Gramática Tradicional ou na Gramática Descritiva, de base lingüística, isto é científica?

3. Desenvolvimento

As gramáticas normativas (tradicionais) – aquelas que determinam o uso considerado padrão – e as gramáticas descritivas (fundamentadas pela lingüística) – as quais consideram as variações regionais, sociais, históricas e estilísticas dos falantes – apresentam diferentes maneiras de se conceber a língua.

A concepção defendida pelos gramáticos de linha tradicional é aquela que toma a língua como algo fechado, como um conjunto de normas e regras as quais os falantes devem seguir, obedecer, acarretando assim imposições sobre comportamentos lingüísticos: como falar e escrever para que se fale e escreva *bem e corretamente*. Cria-se, assim, um ideal de uso da língua, a norma culta, ideal, cujas regras seriam ensinadas nas escolas através dos compêndios pedagógicos. No final, esse ideal de língua acaba se identificando com a própria língua portuguesa. Assim, os usos que estiverem fora do ou em oposição com o prescrito pelas gramáticas passam a ser considerados como não sendo português. Por isso, é tão comum ouvirmos falantes do Português declarando: “Eu não sei falar Português”.

Por outro lado, a lingüística – estudo científico da língua(gem) – percorre outros caminhos, atém-se à multiplicidade dos aspectos da língua, suas variedades e dialetos, atenta a fatores sócio-econômicos e culturais, sem fixar qualquer julgamento de valor. Antes de mais nada, a lingüística considera a língua como “uma ferramenta pronta: é uma ferramenta que nós criamos exatamente enquanto vamos usando ela” (BAGNO,2002:26). A lingüística busca explicar as variações lingüísticas, variações de diferentes tipos: histórica, geográfica, social e estilística. Para ilustrar, temos em algumas pronúncias e construções gramaticais atestadas em textos legitimados: “dereito” e “frecha” são comuns e perfeitamente gramaticais na Carta de Caminha. Hoje são lidas como exemplos de arcaísmos léxicos intrínsecos, de aspectos gráficos.

Contudo, quando um menino fala *frecha, brusa, pranta*, etc, tais formas são consideradas erradas, pois hoje, deve-se falar *flecha, blusa e planta*. As primeiras formas são percebidas atualmente pelos defensores do bem falar como traços de uma variante socialmente inferior.

O que está permeando esta concepção de língua é a noção de erro que permite considerar os falantes como ignorantes ou errados, e que existem línguas pobres em léxico. Os falantes não estão errados, mas, sim, adquirem as variedades lingüísticas próprias de sua comunidade lingüística, do ponto de vista da região e de classe social. Desse modo, a língua e suas variações são concebidas como inseparáveis, e a diversidade, para a “sociolingüística” – área dentro da lingüística, que trata especificamente das relações entre a linguagem e a sociedade -, é uma qualidade que contribui a riqueza do fenômeno lingüístico.

Diferentemente do que sugerem as gramáticas normativas, ao prescreverem as regras para o uso “correto” da língua, como por exemplo, nem sempre o verbo concorda com o sujeito. Do ponto de vista diacrônico, Scherre (2005:85) explica: “É verdade que quase todas as gramáticas normativas afirmam que tem de haver plural no verbo das construções do tipo ‘vendem-se casas’. Mas é também verdade que [...], mesmo no texto escrito por Camões, este tipo de construção aparece com o verbo no singular: ‘...o mar remoto navegamos, que só dos feos focas se navega’ (Camões, Luis, I, 52, apud Naro)”. Ninguém acusaria Camões de ter escrito errado, mas aceitaria a construção e a consideraria como um arcaísmo. Mas se uma criança diz: “Os tomate apodreceu”, ela comete um erro lingüístico, ela ignora as normas de bem falar da Língua Portuguesa, independentemente de haver regularidade na sua fala, pois ela diz: “Os *meninos ta dormino*”, “As *casa é amarela*”, “As *vizinha acordou doente*”.

Os lingüistas, como Scherre, defendem importantes pressupostos da lingüística moderna: todas as línguas variam e que todas as línguas também mudam. Para eles a língua, seja ela falada ou escrita, é tomada como sendo variável, ou seja, sujeita as variações e não uniforme. São os falantes que fazem a língua. Segundo Mussalim:

“(...) existe sempre um conjunto de variedades lingüísticas em circulação no meio social. Aprende-se a variedade a que se é exposto, e não há nada de errado com essas variedades. Os grupos sociais dão continuidade a herança lingüística recebida” (MUSSALIM,2001:42).

No entanto, a gramática normativa só considera a língua produzida por determinados sujeitos sociais, classificados como cultos e de prestígio – os autores canônicos, por exemplo -, sendo guiados pela modalidade escrita. Contrariamente a isso, é justamente essa inconstância da língua, a variação e a

mudança, que a gramática normativa desconsidera, vendo-a como uma degeneração, um empobrecimento por parte daqueles que não seguem suas imposições.

Os movimentos da linguagem humana podem ser explicados também pelos contatos entre diferentes línguas diferentes, surgem então os empréstimos. Como por exemplo, os empréstimos de outras línguas, os quais aqui no Brasil, atualmente, concentram-se em palavras de origem inglesa.

4. Resultados

4.1. Apresentação do *corpus*

Um exemplo de como a mídia trata as questões lingüísticas de forma tradicional – de modo normativo e, às vezes, preconceituoso – e de como tal abordagem atrita com os ensinamentos da lingüística, provocando a reação dos pesquisadores dessa ciência, pode ser observada na polemica entre estes e a revista *Veja*, na edição nº 1752, de novembro de 2001, em matéria intitulada “Falar e escrever, eis a questão”, do jornalista João Gabriel de Lima. Em resposta, Marcos Bagno, lingüista e atual professor da universidade de Brasília, enviou uma carta à redação do mesmo veículo jornalístico, datada em 04 de novembro de 2001, que não foi publicada no periódico, mas que está disponibilizada no site do lingüista.

4.2 Análise

a reportagem de *Veja* deixa bem claro que posição defende. Bajulações e atribuições de mérito são rasgadas ao Pascuale Cipro Neto – assumido e conhecido “defensor” da norma culta -, que, segundo Lima, “não é o único que ficou conhecido nacionalmente por ensinar os brasileiros a falar e escrever melhor”. Quando o jornalista menciona “falar e escrever melhor”, deve estar se referindo a ter uma melhor dicção e uma boa caligrafia, espero. Pois, do ponto de vista da lingüística, todos os falantes utilizam para suas interações regras, regularidades, como acima se expôs – *frecha, brusa e pranta* – e, assim o fazem, sem estarem dependentes das imposições normativas, mas porque “aprenderam a variedade a que foram expostos, e não há nada de errado com ela”, conforme Mussalim. Por isso, não podem nem devem ser taxados de ignorantes, nem devemos julgar seu uso como errado. Equivocado é afirmar, e divulgar tal afirmação pela imprensa, que deve haver alguém responsável por ensinar os outros a falarem direito.

Conforme afirma Marcos Bagno, em sua resposta à reportagem de Lima,

“a mídia continua a dar as costas à investigação científica da linguagem, preferindo consagrar-se à divulgação e sustentação das ‘superstições, mitos e estereótipos’ que circulam na sociedade ocidental há

mais de dois mil anos”

E Bagno continua, agindo dessa maneira, a imprensa acaba prejudicando, e por que não diria, menosprezando um trabalho científico, que já dura anos, o da lingüística, que consiste em explicar os fenômenos da variação da nossa língua, seus dialetos e também os fatores socioeconômicos e culturais que intervêm em uma comunidade de falantes.

Defensor da mesma causa que Bagno, o também lingüista e professor Sírio Possenti, em um artigo para o site PrimaPágina, saiu em defesa da Lingüística e reforçou as críticas à reportagem da revista. Deixando bem claro que está publicando seu protesto em uma mídia eletrônica por considerar improvável sua publicação no mesmo veículo que o jornalista utilizou. Para Possenti “o tratamento dado á linguagem é completamente diferente do que o que a mídia dedica a outros campos”, como à química, à física ou à astrologia.

Possenti aponta alguns pontos que considera mais graves na reportagem da revista, como o fato dos variacionistas serem taxados como relativistas e completamente opostos ao padrão lingüístico. Segundo o jornalista João Gabriel de Lima:

“O que esses acadêmicos preconizam é que os ignorantes continuem a sê-lo. Que percam oportunidades de emprego e a conseqüente chance de subir na vida por falar errado”

A isso Possenti contrapõe:

“De fato, não há um só variacionista que não seja adepto do ensino do padrão lingüístico nas escolas. Talvez eles divirjam, até entre si mesmos, quanto aos métodos para atingir o alvo”.

Enfim, a alusão aos lingüistas, na matéria da *Veja*, é extremamente contraditória e equivocada. Na maioria das vezes, para não dizer sempre, as críticas dirigidas aos lingüistas partem de “profissionais” que assumem abominar a corrente variacionista. Mas se realmente pensam, por exemplo, que “a dificuldade com a clareza é um traço cultural no Brasil” e que “o esquerdismo de meia-pataca, que idealiza tudo o que é popular”, como podem criticá-los sem realmente conhecê-los? Os lingüistas, defensores do variacionismo, não ensinam que se deve dizer *frecha* ao invés de *flecha*, mas defendem, após anos de sérias pesquisas, que construções desse tipo não estão erradas, que já constituíram o uso consagrado, e que ainda hoje é um fenômeno regular na variante de muitas comunidades lingüísticas.

Sem ser abertamente oposta ao trabalho dos lingüistas, a reportagem da *Veja*, cita, ainda que muito brevemente, o lingüista Luiz Antonio Marcuschi, uma referencia aos estudos de Oralidade e Lingüística Textual, entre outros assuntos fundamentais para essa ciência. Porém exalta a figura do Cipro Neto, que propõe soluções para as dúvidas relativas ao uso “correto” da língua.

Quanto a esse descaso para com uma ciência, Bagno sugere a *Veja*, e à mídia no geral, uma igualdade na atribuição de espaço, que assegure aos especialistas da língua condições de mostrar suas pesquisas e o conhecimento por eles produzidos.

5. Considerações Finais

Essa polêmica evidencia que a mídia realmente, como protestam os lingüistas, desempenha uma atitude injusta para com a lingüística. Contudo não se pode negar que ela seja uma forma de se divulgar conhecimentos, de ensinar. Atualmente não se denomina apenas à escola como instituição de divulgação do saber. A mídia por atingir a sociedade, de maneira diferente da escola, deveria preocupar-se mais com o modo como aborda as questões de língua, pois pode estar difundindo erros na perspectiva científica, e até mesmo propagando preconceitos.

Referências Bibliográficas

BAGNO, Marcos – **Língua Materna : letramento, variação e ensino**. Ed. Parábola, São Paulo, 2002

BAGNO, Marcos – **Carta de Marcos Bagno para revista Veja**. Disponível em site: www.terra.com.br, 04 Nov

LIMA, João Gabriel de. – **Falar e escrever, eis a questão. Expressar-se em português com clareza e correção é uma das maiores dificuldades dos brasileiros. A boa notícia é que muitos estão conscientes disso e querem melhorar**. Revista Veja, edição 1725.

MUSSALIM, Fernanda, et alii. – **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. Ed. Cortez, São Paulo, 2001.

POSSENTI, Sírio – **Longa matéria**. Disponível em site: www.primapagina.com.br, 06 Nov

SCHERRE, Maria Marta Pereira. – **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito**. Ed. Parábola, São Paulo, 2005.